

Cartilha para uma Educação Ambiental em
espaços periurbanos à luz da Política Nacional
de Educação Ambiental (PNEA) / Lei N.º 9.795

Educação ambiental *em espaços periurbanos*





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Divisão de Pesquisa do IFPE Campus Garanhuns
Grupo de Pesquisa Observatório Elo: Núcleo de Estudos sobre Meio Ambiente, Sociedade e Espaço



Educação ambiental *em espaços periurbanos*

Cartilha para uma Educação Ambiental em espaços periurbanos à luz da
Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) / Lei N.º 9.795

Organização: João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão

E24

Educação ambiental em espaços periurbanos: cartilha para uma Educação Ambiental em espaços periurbanos à luz da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) / Organização: João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão. Garanhuns: IFPE, 2025.

29f. . il.

Produto Educacional: Cartilha - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Divisão de Pesquisa do IFPE Campus Garanhuns. Grupo de Pesquisa Observatório Elo: Núcleo de Estudos sobre Meio Ambiente, Sociedade e Espaço, 2025.

ISBN: 978-85-93339-14-1

1. Educação ambiental. 2. Meio Ambiente. 3. Conservação da natureza. 4. Sustentabilidade. I. Título. II. Aragão, João Paulo Gomes de Vasconcelos (organizador). III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

CDD 363.70071

Louise Machado Freire Dias – CRB4/2267

Essa cartilha possui uma versão completa em audiodescrição disponível na página do grupo de pesquisa Observatório Elo: Núcleo de Estudos sobre Meio Ambiente, Sociedade e Espaço no Youtube (@observatorioelo). Acesse através do QR Code logo abaixo e compartilhe.





Trabalho de campo com estudantes da Escola Municipal Jaime Luna. Reconhecendo as características socioespaciais do entorno da escola. Foto: Observatório Elo, 2023.

Primeiras palavras

Ensinar a ver e se autorreconhecer no mundo a partir do lugar onde se habita é uma das tarefas mais fundamentais para a formação de sujeitos críticos e emancipados. Em pleno século XXI, no cerne de uma sociedade encharcada por informações e metamorfoses, com diferentes temporalidades e espacialidades, essa missão exige aos profissionais da educação parâmetros e metodologias pertinentes à realidade vivida nos territórios onde cada instituição de ensino anseia realizar sua missão, tendo em mente tornar significativos os processos de ensino e aprendizagem. A compreensão, exequibilidade e aperfeiçoamento das políticas públicas educacionais existentes em cada país, região, estado e/ou município, na guisa da Agenda 2030 na Organização das Nações Unidas (ONU) e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), é parte deste processo, que tem na formação de cidadãos conscientes uma base essencial para iniciativas como esta “Cartilha para uma Educação Ambiental em espaços periurbanos à luz da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) / Lei N.º 9.795”.



Trabalho de campo para georreferenciamento e levantamento fotográfico nos espaços periurbanos da cidade de Garanhuns. Foto: Observatório Elo, 2022.



Reutilização de materiais em oficina de manuseio de sementes na Escola Municipal Silvino Almeida. Foto: Observatório Elo, 2025.

De onde vem esta cartilha?

Esta cartilha é um subproduto do projeto de pesquisa “A política nacional de educação ambiental nas instituições de ensino em espaços periurbanos de Garanhuns-PE: reflexões e ações à luz da agroecologia e do planejamento urbano”, realizado entre os anos 2022 e 2025, no Instituto Federal de Pernambuco - Campus Garanhuns, com pesquisadores e estudantes do Grupo de Pesquisa Observatório Elo: Núcleo de Estudos sobre Meio Ambiente, Sociedade e Espaço, sob a coordenação do prof. Dr. João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão. O projeto em tela teve como objetivo analisar como tem sido efetivada a PNEA nas instituições de ensino dispostas em espaços periurbanos de Garanhuns-PE, promovendo reflexões e ações a partir dos fundamentos da agroecologia e do planejamento urbano participativo. A ação teve o fomento da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFPE (PROPESQ/IFPE), bem como da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), além de contar com a colaboração especial do IFPE Campus Garanhuns, do Programa de Ciências Ambientais (PPCIAM) da Universidade Federal do Agreste Pernambucano (UFAPE), da Escola de Referência em Ensino Fundamental (EREF) São Cristóvão, da Escola Municipal Silvino Almeida e da Escola Municipal Jaime Luna (ver apêndice). Destina-se a profissionais da educação, pesquisadores, extensionistas e segmentos da sociedade civil interessados em fomentar uma práxis de EA em instituições de ensino localizadas em espaços periurbanos especialmente, corroborando aos anseios sociais pelo desenvolvimento de territórios humanizados, justos, inclusivos e ecologicamente equilibrados.

O que é Educação Ambiental (EA)?

“

Os processos por meio dos quais os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Lei N.º 9.795 de 27 de abril de 1999).



Aula de campo com estudantes da Escola Municipal Jaime Luna.
Foto: Observatório Elo, 2023.

Você conhece a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) / Lei N.º 9.795?

Ela foi instituída pela Lei N.º 9.795, de 27 de abril de 1999, e regulamentada pelo Decreto N.º 4.281, de 25 de junho de 2002. Essa lei estabelece os princípios, objetivos e diretrizes da educação ambiental no Brasil, tornando-a obrigatória em todos os níveis e modalidades de ensino — tanto no sistema formal (escolas e universidades) quanto no não formal (comunidades, meios de comunicação, organizações sociais, etc.).



Saiba mais através
do QR Code



Fonte: Canva, 2025.

Qual o papel das instituições de ensino para uma EA?



Abordagem metodológica com estudantes da Escola Municipal Jaime Luna. Foto: Observatório Elo, 2023.

1. Espaços formadores de cidadãos conscientes, críticos e emancipados

2. Acesso ao conjunto de saberes construídos e acumulados historicamente

3. Agentes de transformação social e integração local com o mundo



Aula demonstração sobre biodigestor com estudantes de Engenharia Elétrica do IFPE Campus Garanhuns. Foto: Observatório Elo, 2024.

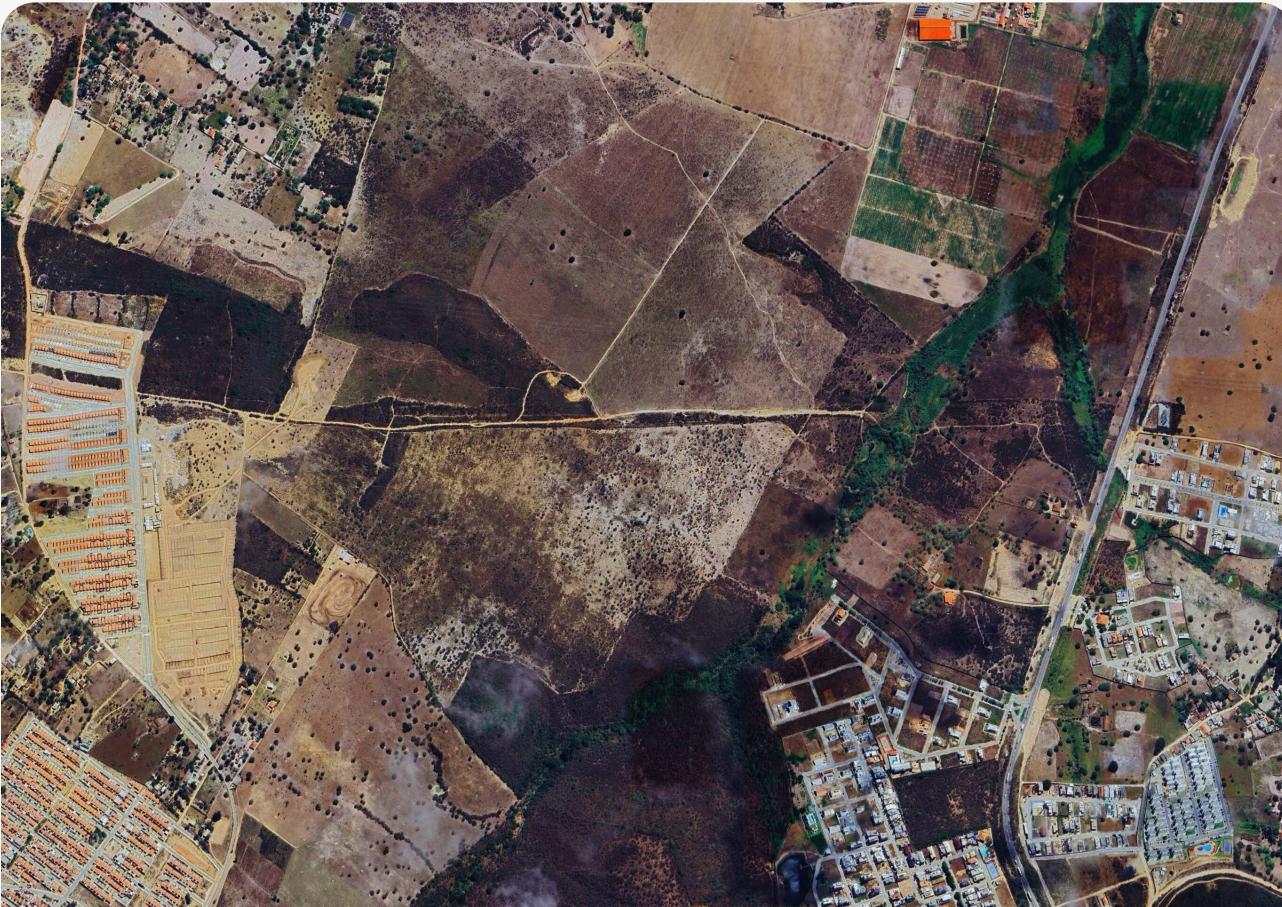


Mesa redonda sobre planejamento urbano, EA e território municipal com estudantes do PPCIAM e de outros cursos da UFAPE. Foto: Observatório Elo, 2023.



Palestra sobre riscos geológicos e direito à cidade com estudantes da Escola de Referência em Ensino Fundamental São Cristóvão. Foto: Observatório Elo, 2024.

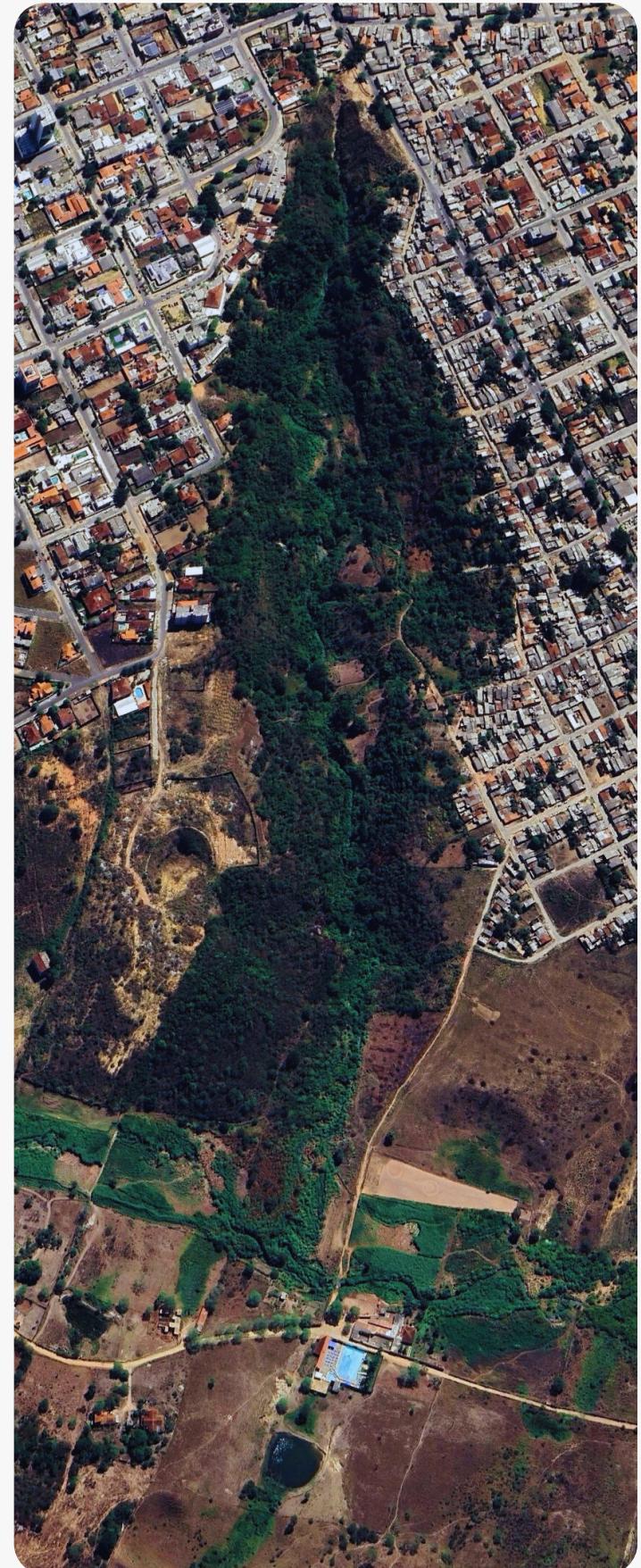
E o que são espaços periurbanos?



Imagens de satélite de recortes periurbanos da cidade de Garanhuns.

Fonte: Google Earth Pro, 2025.

Uma faixa com extensão variável e de intensa dinâmica socioespacial. Trata-se de um espaço híbrido, de transição entre terras inteiramente urbanizadas em cidades, áreas com uso predominantemente rurais, podendo integrar-se ainda a áreas de conservação e territórios de povos tradicionais, entre domínios públicos e privados da terra. Caracteriza-se por múltiplos usos do solo e fronteiras internas e externas indeterminadas. O periurbano ou rurbano muda ao longo do tempo, na medida em que a cidade se expande, sobremaneira. É uma zona complexa e de rápidas mudanças na estrutura econômica e social, caracterizada por pressões sobre os recursos naturais e metamorfoses na divisão territorial do trabalho, considerando as relações entre campo e cidade.





Recortes imagéticos de produção cartográfica do projeto de pesquisa.

Fonte: Observatório Elo, 2024.

Por que os espaços periurbanos são importantes?



Elementos da cidade, do campo, dos ecossistemas naturais e/ou de comunidades tradicionais combinam-se entre si nos espaços periurbanos, demandando planejamento contínuo e reconhecimento das necessidades e potencialidades existentes. Em geral, essas áreas são destinadas à moradia e, por isso, concentram muitas pessoas. Com elas, tem-se as demandas fundamentais para a realização da vida, como infra estrutura urbana (recapiamento, iluminação, drenagem urbana, arborização, espaços de socialização, saneamento básico), educação, saúde, mobilidade, segurança pública etc. A existência de formas rurais de socialização, comunidades tradicionais e áreas naturais pode demandar outras necessidades, como o suporte técnico especializado a produtores rurais, serviços de defesa das manifestações culturais, inclusão no processo de gestão do território, além de políticas de controle e conservação da natureza, como a proteção a morros, margens de rios e nascentes, além da biodiversidade local e regional.

É possível pensar uma EA para os espaços periurbanos?

Com certeza! Na verdade, isso é indispensável. Por serem espaços complexos e marcados pelo crescimento urbano, por transformações aceleradas nas formas de uso e ocupação dos solos e, infelizmente, pela existência de muitos problemas infra estruturais, desafios ambientais e carências sociais, a EA pode servir como um elo entre a educação escolar e o exercício pleno da cidadania. O periurbano, neste sentido, constitui-se paralelamente como uma oportunidade didático pedagógica, possibilitando um aprendizado significativo e ativo, sobretudo, a instituições de ensino localizadas nos próprios espaços periurbanos.



Contação de histórias no Parque Ruber Van Der Linden com estudantes da Escola Municipal Jaime Luna.
Foto: Observatório Elo, 2024.





Qual a importância das instituições de ensino?

A seção II da PNEA trata da EA no ensino formal. Em seu artigo 9º define por EA na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando: I - educação básica: a) educação infantil; b) ensino fundamental e c) ensino médio; II - educação superior; III - educação especial; IV - educação profissional; e V - educação de jovens e adultos. Nesse âmbito, estabelece que a EA será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal, o que coloca todas as instituições de ensino como fundamentais para a exequibilidade sistêmica da PNEA e, sobretudo, do desenvolvimento de uma cidadania consciente e sensível às questões ambientais. Essa relevância é reverberada desde o Art. 4º da PNEA que, no inciso VII, destaca a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais. A proximidade e integração das instituições com suas respectivas comunidades é, portanto, um condicionante estratégico para uma EA que considere o lugar como um ponto central de suas reflexões e práticas, especialmente nos recortes periurbanos onde a experiência escolar pode contribuir a uma formação cidadã, discorrendo temas como planejamento urbano, agroecologia, políticas públicas, inclusão etc.



Fonte: Canva, 2025.

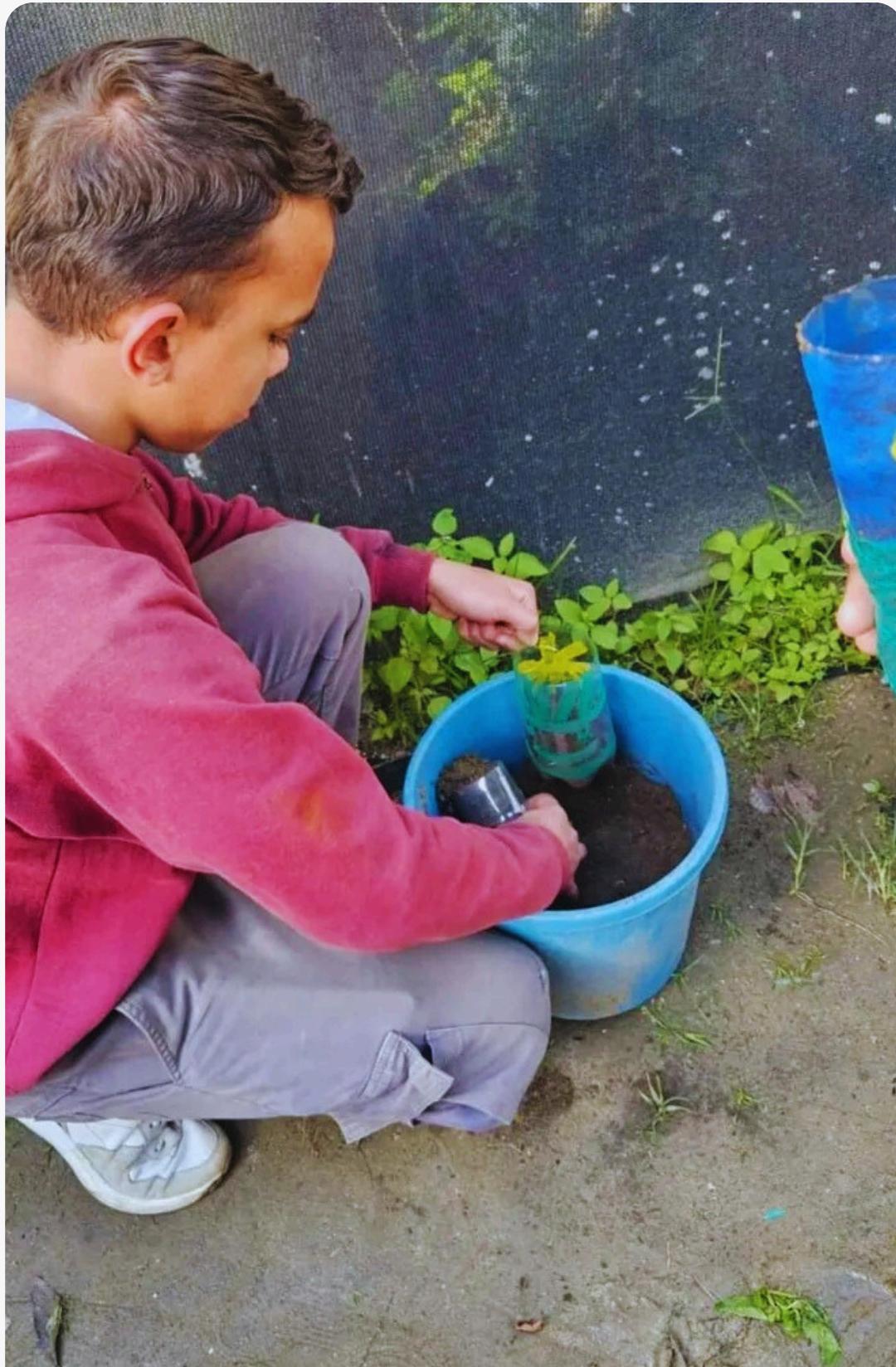
O que já é feito?

Desenhos da paisagem do entorno da escola, atividades lúdicas, contação de histórias, trabalhos de campo, visitações, palestras, manuseio de softwares com imagens de satélite, experiências em laboratório, projetos de pesquisa e de extensão, aulas práticas, oficinas com materiais reutilizáveis, hortas escolares, viveiros didáticos, mostra de filmes, de cartazes e de fotografias... Muitas iniciativas em prol da EA já são realizadas em instituições de ensino Brasil afora, contribuindo para a consolidação da PNEA e, especialmente, para a formação de sujeitos humanizados e ecológicos. Considerando as experiências nas instituições parceiras do projeto do qual resultou essa cartilha, entendemos que um caminho já é trilhado também nos contextos periurbanos, pois atividades como as listadas também vêm sendo realizadas. A reflexão e ação à luz dos princípios básicos e objetivos fundamentais tratados na PNEA, mais a compreensão do periurbano enquanto território complexo e marcado pelas relações entre campo, cidade, comunidades tradicionais e sistemas naturais pode corroborar ainda mais para uma práxis significativa de EA.



Representação em forma de desenho de prática laboratorial de EA, feita por estudante da Escola Municipal Jaime Luna.

Foto: Observatório Elo, 2024.



Oficina de manuseio de sementes na Escola Municipal Silvino Almeida.
Foto: Observatório Elo, 2025.

Quais caminhos seguir?



Não há um caminho único. Os múltiplos caminhos que existem, porém, passam pela educação e pela insubstituível função social das instituições de ensino e seus profissionais. Em muitos recortes periurbanos a existência de creches, escolas, institutos e/ou universidades representa a esperança de uma comunidade, sendo suporte material para a construção de saberes sistêmicos e a efetivação de uma política pública essencial ao desenvolvimento de territórios tantas vezes marcados pelas carências sociais, econômicas e infraestruturais.

Por isso, a presença de instituições de ensino comprometidas com o desenvolvimento local, nesses territórios periurbanos, abre caminhos para uma práxis de EA comprometida com o exercício crítico, emancipador e consciente da cidadania. O reconhecimento dos problemas, desafios e potencialidades locais a partir das características socioespaciais que abrangem a instituição de ensino, sintetizadas nas relações entre a natureza, o urbano e o rural, constitui uma possibilidade didática concreta, viável e integrada ao cotidiano da comunidade. Aqui, reunimos algumas recomendações à luz do planejamento urbano e da agroecologia, com uma perspectiva transversal e interdisciplinar.

Recomendações por uma EA nos espaços periurbanos



Recorte de representação cartográfica da cidade de Garanhuns (com efeito em preto e branco).
Fonte: Observatório Elo, 2022.



Formação de comissões ou grupo de trabalho (GT) permanente, cuja responsabilidade seja a de estruturar projetos interdisciplinares contínuos, com ciclos de revisão a serem definidos de acordo com o currículo da instituição de ensino;



Pode contar com parceiros permanentes e/ou colaboradores eventuais externos, com expertise em questões urbanas, rurais e/ou ecológicas, que se somem ao desenvolvimento das ações das comissões ou GT, corroborando desde o planejamento até a execução, seja em ações pontuais, seja em iniciativas de fluxo mais duradouro;



Sempre observar as recomendações da PNEA, da Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA), bem como os instrumentos pertinentes em nível municipal e na própria instituição de ensino;



Desenvolver estratégias de capacitação continuada, pesquisa ativa e troca de experiência com outras IE;



É relevante associar a continuidade das ações à vivência da EA no calendário letivo da instituição e à dinâmica socioespacial periurbana da comunidade;



A criação de projetos em consórcio com o conteúdo programático das disciplinas escolares é uma alternativa interessante para problematizar cotidianamente os temas e questões ambientais relevantes para a comunidade onde se situa a instituição;



A criação de um calendário de ações extracurriculares anuais, a partir do diálogo entre gestão e comissão ou GT de EA, pode ser alternativa para a adoção de propostas, projetos e/ou programas de EA flexíveis e pertinentes às problemáticas do contexto periurbano de cada instituição / comunidade;



Atentar e considerar o calendário das instituições parceiras;



Organização para encenação teatral com fantoches e aula sobre coleta seletiva no Parque Ruber Van Der Linden. Foto: Observatório Elo, 2025.



Recorte imagético de produção cartográfica do projeto de pesquisa (com efeito em preto e branco).

Fonte: Observatório Elo, 2024.



Quais os temas, problemas e potencialidades que ganham destaque na comunidade, no bairro e, neste caso, no periurbano? A transversalidade das práticas de EA precisa dialogar com o contexto imediato de existência da instituição de ensino;



A transversalidade também pode ser otimizada, envolvendo parceiros externos cujas funções sociais interligam-se de algum modo aos conteúdos dos componentes curriculares e, especialmente, ao cotidiano da instituição;



Mapear os agentes sociais atuantes no contexto periurbano da instituição e aqueles cujas funções sociais estão correlacionadas às questões urbanas, rurais, ambientais, quilombolas e/ou indígenas periurbanas;



Construir experiências curriculares com temas que tornem o entendimento do periurbano mais palpável ou prático é uma estratégia pertinente para a problematização e a integração interdisciplinar;



O uso, de forma consorciada, de elementos do urbano (como o planejamento urbano), do rural (como a agroecologia) e da natureza (cobertura vegetal, clima, solos, recursos hídricos etc.) é didático e coerentemente pedagógico;



Identificar o processo de produção do contexto periurbano local, registrando-o e construindo algum documento histórico geográfico, o qual descreva a (re)produção do bairro, da comunidade, seja na forma de texto, linha do tempo com imagens (fotografias, imagens de satélite) e/ou relatos de moradores mais antigos;



Empregar metodologias viáveis e razoáveis ao nível de desenvolvimento cognitivo do público-alvo. Primar pela construção de uma concepção holística e integrada de meio ambiente entre estudantes, docentes e técnicos;



O mapeamento das questões ambientais relevantes ao contexto periurbano da instituição de ensino perpassa pela identificação dos agentes sociais relacionados a elas;



Ampliar parcerias com agentes sociais, instituições públicas e/ou privadas, trocas de experiências com instituições de diferentes níveis de ensino, igualmente localizadas em contextos periurbanos;



Estudantes da Escola Municipal Silvino Almeida em prática laboratorial de EA associada ao uso do viveiro didático. Foto: Observatório Elo, 2025.



Recomenda-se que os projetos, programas, ações etc., sejam aqueles que possam partir de disciplinas, sejam aqueles gestados de forma interdisciplinar, utilizem conceitos pertinentes à realidade socioespacial vivida;



A agroecologia e o planejamento urbano participativo são dois destes conceitos cuja envergadura se adequa à natureza periurbana. Juntos a outros temas, como cidadania, meio ambiente, cidades sustentáveis, restauração ecológica, planejamento rural, território etc., podem contribuir significativamente para a práxis da EA;



Em cursos relacionados diretamente com a questão ambiental as ações de EA tenderão a ser mais sólidas, aprofundadas, contínuas e específicas. Contudo, isso não é uma regra;



A transversalidade, a permanência, a interdisciplinaridade e o desenvolvimento da EA podem ser efetivados em qualquer nível, curso, projeto e/ou programa de ensino, desde que adotadas estratégias plausíveis ao currículo e, neste caso, às características do periurbano onde encontra-se a instituição;



Considerar o planejamento como uma prática educativa continuada, envolvendo estudantes e docentes, com vistas a ampliar e incluir no currículo formativo a EA em conformidade à PNEA, é um processo natural e necessário para a educação do século XXI; e



Só lembrando: não há um único caminho. Mas todos eles passam pela educação escolar e pela insubstituível função social das instituições de ensino e seus profissionais.



Ações relacionadas à construção de viveiro didático nas escolas municipais SIlvino Almeida e Jaime Luna. Fotos: Jadson R. de Queiroz e Observatório Elo, 2025.

Agradecimentos

Registrarmos nossos agradecimentos às instituições fomentadoras das ações que constituíram este projeto de pesquisa, especialmente a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do Instituto Federal de Pernambuco (Propesq/IFPE), o IFPE Campus Garanhuns e a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE). Conjuntamente, também agradecemos a todas as instituições parceiras que colaboraram nas ações abrangidas pela pesquisa da qual surgiu essa Cartilha de Educação Ambiental à luz da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) / Lei N.º 9.795.



Escola Municipal Jaime Luna



Escola Municipal Silvino Almeida



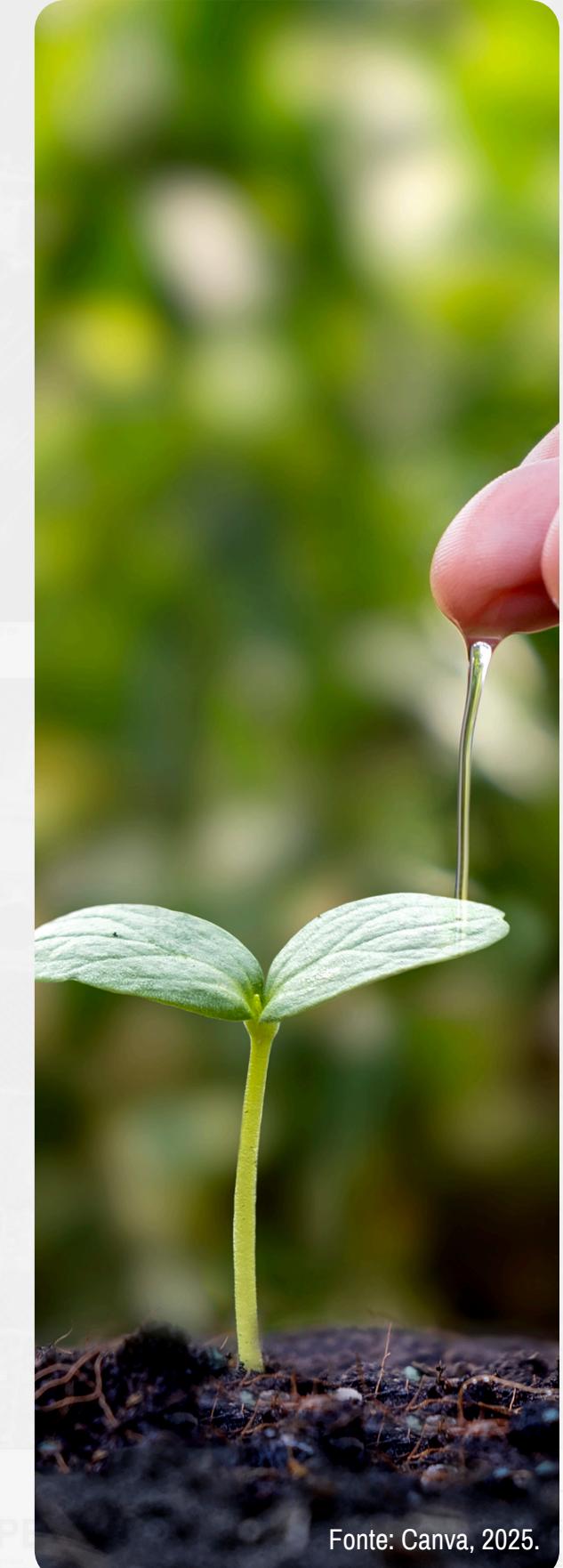
Escola de Referência em Ensino Fundamental São Cristóvão



Instituto Federal de Pernambuco - IFPE Campus Garanhuns



Universidade Federal do Agreste Pernambucano - UFAPE



Fonte: Canva, 2025.

Legenda:

Brasil

Agreste Meridional

Rodovias

UFAPE

Nordeste

Município de Garanhuns

Esc. Mun. Jaime Luna

Esc. Est. São Cristóvão

Rural no periurbano

Urbano no periurbano

Cartilha para uma Educação Ambiental em espaços periurbanos à luz da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) / Lei N.º 9.795 os levantados em campo com

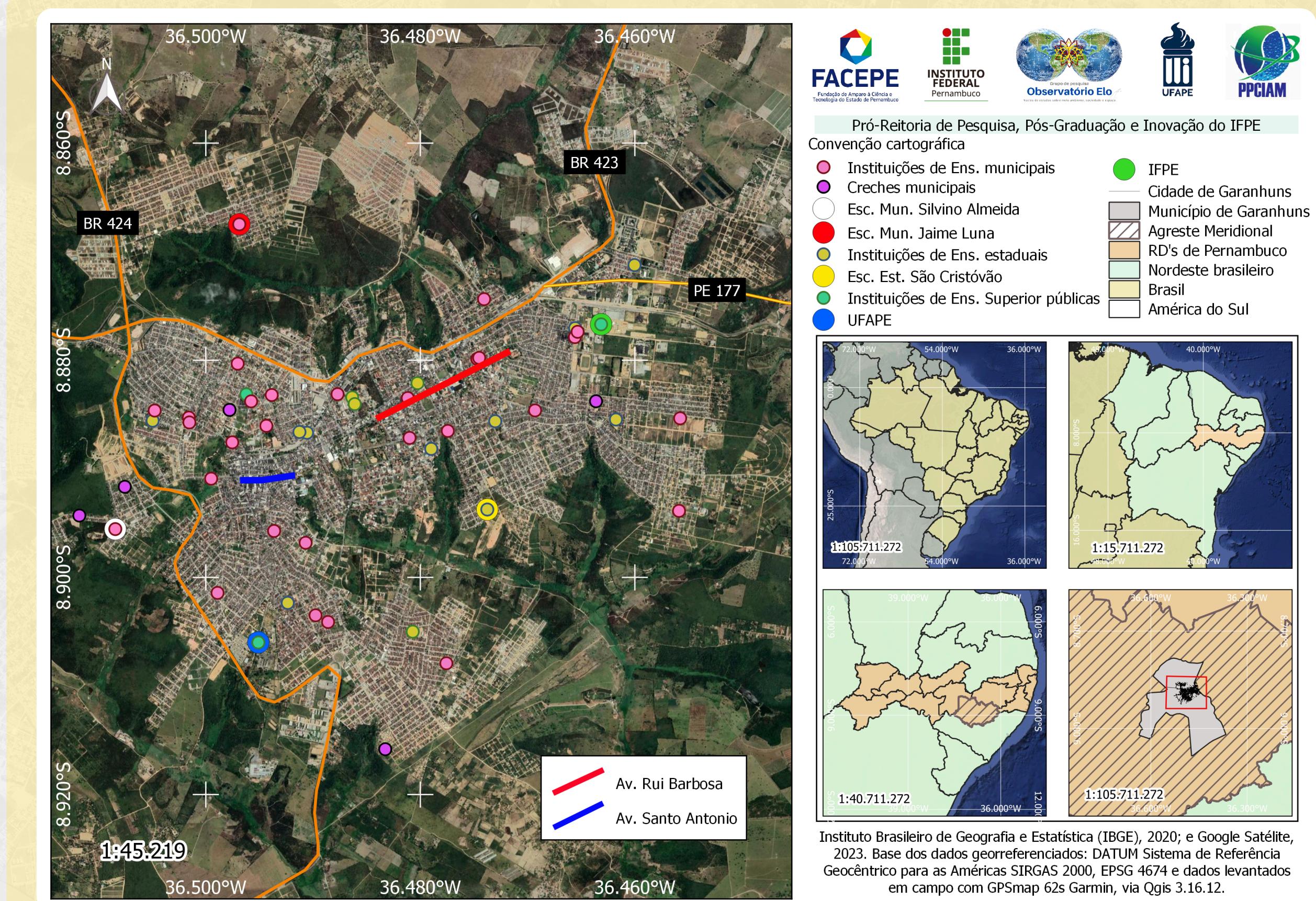
GPSmap 62s Garmin, via Qgis 3.22.5 (Biatowieza).



Representação em forma de desenho de prática laboratorial de EA, feita por estudante da Escola Municipal Jaime Luna. Foto: Observatório Elo, 2024.

Apêndice

Instituições de ensino públicas na cidade de Garanhuns em julho de 2022 e sua distribuição na malha urbana, considerando os dois principais centros da cidade e as rodovias que integram a cidade à rede urbana. No mapa, também é possível visualizar a localização das instituições de ensino parceiras da pesquisa que deu base para a construção dessa cartilha.



Ficha técnica

Pesquisador / Coordenador / Organizador

- Prof. Dr. João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão

Pesquisadores Colaboradores

- Prof. Dr. Celso Cardoso Gomes
- Prof. Dr. Clélio Cristiano dos Santos
- Técnica Luzileide Marques dos Santos
- Técnica Michele de Lima Silva

Estudantes de Iniciação Científica e de Extensão Tecnológica

- Alícia Teixeira Almeida
- Ana Clara Souza Bizarria
- Dyonara Vilar de Souza Araújo
- Geovana de Matos Leite
- Kelly Juliana Simões Silva
- Kenneth Yan Santana Oliveira
- Letícia Olímpio da Silva Barros
- Letícia Oliveira da Silva
- Lívia de Souza Rodrigues
- Luiz Fernando Ferreira da Silva
- José Lucas Dutra da Silva
- Maria Yasmin Tavares de Moraes
- Mayra Larissa Santos Barbosa
- José Eduardo Barros Albuquerque
- Maria Eduarda Sobral Menezes
- Maria Gabriela Rodrigues Silva
- Tais de Lima Silva Pereira
- Victória de Vasconcelos Fróes Coutinho
- Yasmim Pereira Cavassano Galvão

Colaboradores do projeto de pesquisa

- Bruna Matos de Barros (Arquiteta e Urbanista da Secretaria de Planejamento do Município de Garanhuns)
- Carlos Roberto Cruz Ubirajara (Professor da UPE - Campus Garanhuns)
- Cleiton Machado dos Santos (Administrador do Parque Ruber Van Der Linden)
- Enaquielly Wêdja Lira Santos (Diretora da EREF São Cristóvão)
- Évio Alves Galindo (Professor do IFAL Campus Piranhas)
- Fábio Antônio Cavalcanti da Silva (Agente da Defesa Civil da Prefeitura Municipal de Garanhuns)
- Flávio Ferreira da Silva (Revisor Textual e Professor da Escola Municipal Silvino Almeida)
- Horasa Maria Lima da Silva Andrade (Professora da UFRPE)
- Isabelle Karinne Almeida Sobral (Estudante do curso de Agronomia da UFAPE e extensionista do Laboratório de Análise de Sementes e Plantas)
- Jadson Ramos de Queiroz (Professor da Escola Municipal Silvino Almeida)
- José Renato da Silva (Agricultor Familiar)
- Leandro Xavier do Nascimento (Revisor / Transcritor Brailista e Audiodescritor do IFPE Campus Garanhuns)
- Luciano Pires de Andrade (Professor do PPCIAM/UFAPE)
- Márcio Severino da Silva (Coordenador do Curso de Engenharia Elétrica do IFPE)
- Mariana de Albuquerque Braga Alves (Professora da AESGA)
- Maria do Carmo de Albuquerque Braga (Professora da UFAPE)
- Maria Íane Cristina Militão (Diretora da Escola Municipal Silvino Almeida)
- Maria José Ferreira da Silva (Diretora da Escola Municipal Jaime Luna)
- Marília Macêdo Almeida Menezes (Engenheira agrônoma da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Abastecimento e Proteção Animal)
- Pedro Henrique Campello Santos (Prof. do IFPE Campus Garanhuns)
- Ricardo Brauer Vigoderis (Coordenador do PPCIAM/UFAPE)

I. As artes da capa desta cartilha, assim como o seu layout foram desenvolvidos a partir da utilização de conta gratuita para professores do Canva Premium.

II. O uso da imagem dos menores de idade nesta cartilha e em todas as etapas do projeto de pesquisa foi autorizado pelas equipes gestoras das instituições parceiras.

III. Quando do início do projeto a Escola de Referência em Ensino Fundamental São Cristóvão possuía turmas de Ensino Médio, com as quais devolvemos algumas das práticas laboratoriais de EA pontuadas nessa cartilha. Dado semelhante à Escola Municipal Jaime Luna, que possuía turmas do Ensino Infantil, com as quais também desenvolvemos atividades.



Estudantes da Escola Municipal Jaime Luna em prática laboratorial de produção de mudas no viveiro didático construído na escola. Foto: Observatório Elo, 2025.

Essa cartilha que você tem em mãos também possui uma versão completa digital, disponível através do QR Code logo abaixo. Acesse e compartilhe com mais pessoas. Te agradecemos!





Educação ambiental *em espaços periurbanos*

Cartilha para uma Educação Ambiental em
espaços periurbanos à luz da Política Nacional
de Educação Ambiental (PNEA) / Lei N.º 9.795